

A gramática de usos no ensino da língua

Maria Beatriz Nascimento Decat*

Resumo

O presente trabalho aborda alguns aspectos relacionados aos conceitos de gramática e de uso, numa perspectiva funcionalista, com vistas a reativar a discussão sobre o ensino de gramática na escola.

Palavras-chave: Gramática; Usos da língua; Funcionalismo; Ensino.

Um assunto que vem ocupando, ultimamente, o centro de discussões de diferentes naturezas é o que diz respeito ao estudo/ensino de gramática. Por um lado, há os defensores de que tal aspecto da língua não seja ensinado na escola, considerando, assim, a gramática como totalmente dispensável para que o aluno chegue a ter um desempenho adequado nas atividades de recepção e produção de textos. Por outro, há aqueles que vêem o estudo – em geral, prescritivista – da gramática como o único caminho, a própria “tábua de salvação”, para que o indivíduo atinja o grau “mais perfeito” da utilização da língua. Ambos os lados se lançam, muitas vezes, em confrontos, em discussões acaloradas na defesa do ponto de vista adotado.

Embora o mérito de tais discussões não constitua, aqui, o foco de interesse, gostaria de apresentar o texto a seguir,¹ que para mim constitui uma prova dos equívocos gerados por esse tipo de discussão:

* Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Texto publicado no jornal Estado de Minas, de 2/8/2002, p. 8, na seção CARTAS À REDAÇÃO, sob o título “GRAMÁTICA – Por que tanta resistência?”.

GRAMÁTICA – Por que tanta resistência? (MCC – Belo Horizonte)

Como pode uma pessoa conversar bem sem ter aprendido gramática? Como conseguirá redigir uma carta em estilo formal, ou redigir um texto comercial, memorando etc.? O conhecimento de várias possibilidades de mensagens favorece uma pessoa pois a torna capaz de estabelecer contatos com interlocutores de formação variada e em situações diversas. Não devemos nos esquecer de que, em nossa sociedade, o conhecimento da norma culta é um dos meios de valorização social, além de permitir o acesso a formas mais elaboradas de cultura, tanto na literatura, como em outras artes. Como um escritor que não sabe gramática escreverá um livro: Tal qual aquela senhora, catadora de papel, que escreveu *Quarto de Despejo*? Não entendo essa resistência ao ensino da gramática. Retirá-la do currículo seria o mesmo que um estudante se formar em medicina sem ter aprendido a dissecar um cadáver. Com ela ainda em uso, ouvimos pessoas com curso superior dizendo: Pra mim fazer, pra mim receitar... E se ela for abolida, como querem os preguiçosos? Passaremos a falar como índios. Se há algo a eliminar deveria ser facultativo o ensino da análise sintática, em cursos que não sejam o de Letras. Fora isso, não deixemos que acabem com nossa fonte de conhecimento do português correto, através da gramática. (Estado de Minas, Cartas à Redação, 2/8/2002, p. 8)

A insegurança, ou o desconhecimento, por parte do autor desse texto, do que significa o estudo de uma língua torna-se evidente a partir de diversas afirmações contraditórias, uma vez que perpassam, no texto, diferentes visões e concepções de linguagem. Assim, a concepção prescritivista de língua/linguagem já se faz presente na primeira frase: *Como pode uma pessoa conversar bem sem ter aprendido gramática?* Ao mesmo tempo, esse autor deixa perceber que tem noção de gênero textual, ao abordar, na frase seguinte, as diferentes realizações lingüísticas que o indivíduo tem de dominar. Na seqüência de seu texto, o autor mostra possuir também alguma noção sobre variação da linguagem, ao fazer referência às *várias possibilidades de mensagens* e reconhecer a existência de *interlocutores de formação variada* com os quais podem ser estabelecidos contatos *em situações diversas*. Logo a seguir, entretanto, volta à visão prescritivista, embora se mostre consciente da força do conhecimento da norma culta. Essa visão prescritivista dá origem imediatamente ao preconceito, ao mesmo tempo lingüístico e social, quando ele faz a seguinte referência à obra de Carolina de Jesus e à sua função profissional na sociedade: *Como um escritor que não sabe gramática escreverá um livro: Tal qual aquela senhora, catadora de papel, que escreveu “Quarto de Despejo”?* É espantoso ver que uma mesma pessoa reconhece – ainda que de uma forma não muito adequada – o papel da gramática no ensino, embora não faça qualquer menção ao nível de ensino ou ao currículo de onde os estudos gramaticais não deveriam ser retirados (ou, ao contrário, de onde eles estão sendo retirados). A influência dos ‘modismos’ revela-se no segmento *Com ela ainda em uso*, deixando o leitor sem saber exatamente a que o autor está se referindo: ao uso do ensino da gramática, visto como sinônimo de prática pedagógica? Ou ao uso da língua? Quer dizer, qual o referente do elemento anafórico “ela”: a gramática ou a

língua? Novamente vem à tona o preconceito lingüístico, que revela o desconhecimento da *língua em uso*, quando o autor menciona certos usos praticados por *peessoas com curso superior*. Pode-se dizer que nesse ponto se situa a resposta ao questionamento que a parte anterior do texto suscitou: o anafórico “*ela*” está se referindo à gramática em uso, ou seja, à gramática que dita as normas para o “bem falar” e o “bem escrever”. O preconceito chega a ser cômico, se não fosse trágico – para usar uma expressão bem conhecida – quando ele considera *preguiçosos* aqueles que não *estudam gramática*, o que implica dizer que quem a ela se dedica é mais sério e responsável que os outros. Aqui também se faz evidente o desconhecimento do que significa estudar/descrever uma língua. Em outras palavras, esse(a) leitor(a) do Estado de Minas parece não saber da existência de outros tipos de estudos lingüísticos, tão importantes quanto o estudo da gramática de uma língua, o que não transforma a pessoa que percorre outros caminhos em “preguiçosa”.

A incoerência do autor torna-se gritante, como decorrente do preconceito, agora cultural, quando faz referência aos índios. Se antes ele havia aceitado a variação, a necessidade de domínio de diversos registros da língua, agora nos vem com a afirmação ‘descabida’ de que *Passaremos a falar como índios*. Descabida porque originada não só do preconceito, mas, principalmente, do desconhecimento do que significa ‘falar uma língua’ (para o que não importa, pois, a etnia dos falantes). Se o autor pretendia referir-se, com essa afirmação, a algum tipo de primitivismo, cabe lembrar, aqui, que toda língua basta a si mesma e àqueles que a usam. Assim, não se pode considerar uma língua como primitiva porque seus falantes pertencem a algum tipo de sociedade cuja cultura é primitiva; do mesmo modo, não cabe falar em língua mais rica ou mais pobre que outra.

O desconhecimento do que quer dizer “gramática” de uma língua – revelado constantemente na mídia – torna-se também evidente na identificação que ele, sem perceber, faz de “gramática” com “análise sintática”. E mais: termina seu texto com a fala ‘brilantemente preconceituosa e prescritivista’, no sentido de que *não deixemos que acabem com nossa fonte de conhecimento do português correto*.

A propósito desse tema, Signorini (2002), ao postular que deve haver uma disjunção entre norma padrão e qualidade da língua, aponta para o fato de que a “noção de variedade relacionada à de ‘escolha’ e de ‘alternância’ se contrapõe à de norma padrão como *única* língua de qualidade” (p. 75). Para essa autora, “o domínio das formas orais e escritas valorizadas na escola não depende unicamente dos saberes gramaticais da tradição escolar” (p. 77).

Quero, mais uma vez, deixar claro que a *definição* de “gramática” e, conseqüentemente, sua *descrição* para qualquer língua dependerá da concepção de língua/linguagem adotada pelo estudioso. Qualquer que seja a concepção levada

em conta para se propor uma definição, é crucial que se considere a descrição de uma língua como atividade sempre necessária, uma vez que entender em profundidade a estrutura e o funcionamento da língua utilizada pelo falante é, em última análise, entender o próprio ser humano, do qual ela é parte.

Numa concepção ampla, **gramática** é um sistema adaptativo complexo. Ou seja, é um sistema vivo, em constante evolução e mudança, um sistema que espontaneamente se auto-organiza, adaptando-se a situações diversas através da dissolução e formação de suas configurações gramaticais.

Examinando o título do presente trabalho, a expressão “gramática de usos” nele contida designa, numa primeira leitura, qualquer obra de referência que tem como objetivo apontar como a língua está sendo usada numa comunidade lingüística. Trata-se, portanto, nesse caso, de um conjunto de “lições” sobre o funcionamento da língua viva, “exibindo todas as possibilidades de composição que estão sendo aproveitadas pelos usuários para obtenção do sentido desejado em cada instância” discursiva (NEVES, 2000, p. 13). Assim entendida, uma gramática de usos fornece uma descrição do uso efetivo dos elementos de uma língua, na forma como se apresentam materializados nos diferentes gêneros textuais.

Numa segunda leitura, a expressão “gramática de usos” poderia, de certa forma, ser interpretada como redundante. Isso porque falar em “gramática” é falar em “uso”, uma vez que aquela (a gramática) se efetiva nesse (o uso). E é nessa linha de argumentação que se pode dizer que estudar gramática é estudar o uso que os falantes fazem da língua em situações de interlocução. Gramática é, nesse sentido, o que Hopper (1988, 1998) vem chamando de “gramática emergente”, por constituir uma “implementação de estruturas”, sendo vista, nesse caso, como um processo de estruturação, e não como o produto. Em outras palavras, o **uso constitui a gramática de uma língua**, na medida em que ele é que estabelece os padrões, as regularidades. Portanto, **gramática é o que ocorre**. Ela existe no tempo, sendo, por isso, mutável; suas formas estão sendo sempre reestruturadas durante o uso, negociadas na interação. Assim, a gramática deve ser entendida como efeito, mais do que causa. Ou seja, ela é o efeito do uso, o reflexo do uso das formas lingüísticas num contexto particular.

Por outro lado, a identificação que aqui faço entre **gramática** e **uso** (entendido como ‘discurso’) decorre da crença de que existe, aí, uma relação de mão-dupla. Ao mesmo tempo em que se considera que o uso determina a forma da gramática, ou melhor, é a própria gramática, costuma-se postular que esse uso (= discurso) “nunca é observado sem a roupagem da gramática”, como aponta Du Bois (1993, p. 11). Assim é que a gramática é sempre provisória e incompleta, porque emerge do uso (ou do discurso), o qual dá forma ao sistema. Conseqüentemente, as formas se distribuem no ato de comunicação entre os falantes, sendo

essas formas resultantes das escolhas feitas pelos usuários da língua, e não formas impingidas a eles. Ao contrário, as formas estão sendo sempre adaptadas às situações, às necessidades dos interlocutores, enfim, às necessidades discursivas. Dessa sorte pode-se concordar com Hopper (1998, p. 169), quando esse autor postula que “todo discurso é, de algum modo, um discurso especialista, moldado pela personalidade do falante (sua história pessoal), pela situação, pelo registro (grau de formalidade), pelo gênero e pelo tópico”. É dentro dessa segunda leitura da expressão “gramática de usos” que insiro o modo de pensar de Neves (2002, p.249), segundo o qual “a gramática da língua se resolve na produção textual, e vice-versa”. Isso significa dizer que as propriedades sintáticas, por exemplo, nascem das propriedades do discurso, conforme já postulara Givón (1979), o que faz com que a gramática seja vista como estratégia processual.

Dentro dessa perspectiva, o que vem a ser o uso?

Pode-se dizer que é a efetivação das funções da linguagem. É, pois, a manifestação do real funcionamento da linguagem. (E isso é que deve ser a preocupação do ensino, como será apontado adiante). O uso de que se fala, aqui, decorre das escolhas feitas pelos falantes dentre os recursos lingüísticos de que dispõem para as práticas discursivas.

Retomando a noção de uso como efetivação de funções, cabe considerar os diferentes gêneros textuais que materializam as diferentes funções.

Assim, o uso se manifesta pelas escolhas do falante, decorrentes das pressões do discurso, das necessidades comunicativas. Tais escolhas estão, no entanto, ‘presas’/ ‘vinculadas’ a restrições inerentes ao sistema. Tomando um exemplo bem simples, um falante do português, no exercício de sua capacidade natural de usuário da língua, pode decidir pela construção de um sintagma nominal constituído de Artigo + Nome ou somente do Nome. No entanto, caso decida pela primeira estrutura (com a presença do artigo), sua liberdade de usuário irá esbarrar nas exigências do sistema caso ele resolva colocar o artigo depois do nome. Assim, ele poderá construir o sintagma “o menino”, mas nunca “menino o”. Igualmente limitada será sua escolha quanto ao uso de um pronome oblíquo como argumento de um verbo (por exemplo, lhe como objeto indireto de ‘entregar’) ‘atrelado’, formal e fonologicamente, a um substantivo. Assim, uma vez escolhido o pronome, será possível sua ocorrência como em João entregou-lhe o livro, mas não como apresentada em *João entregou o livro-lhe. Ou, ainda: em João comprou um livro e vai levá-la para casa, o feminino na anáfora “la” não permite uma interpretação adequada, ou mesmo ‘correta’, dessa anáfora. E assim serão os usos, que materializam as escolhas. Isso reflete o que foi dito aqui antes: o uso determina a forma, a gramática; mas essa, a gramática, fornece a “roupagem” para esse uso. A gramática vai, portanto, mostrar-se necessária quando for exigida

como forma de decisão. Disso pode-se entender que o usuário muitas vezes ‘burle’ a gramática (considerada como um conjunto de regras), usando formas fora do que se costuma chamar de padrão, com o objetivo de produzir determinado efeito de sentido. Mas, como resultados dessa forma de decisão, os efeitos poderão ser melhores, se ancorados por um maior conhecimento da língua.

Nesse momento, gostaria de ressaltar que

não se entende que se fale em gramática, e, principalmente, em ensino de gramática sem considerar também a língua falada. Isso porque a linguagem é uma atividade inerentemente interacional. E é essa concepção de linguagem como interação, como atividade, que deverá fundamentar a organização da gramática. (DECAT, 2002, p. 86-87)

Feitas essas considerações, volto-me, finalmente, ao tema veiculado na segunda parte do título deste trabalho, qual seja, a questão do ensino – o que, a meu ver, resume-se num único aspecto: a **reflexão**.

Parto do princípio de que ensino e pesquisa constituem duas áreas que devem estar sempre juntas nas atividades de sala de aula. E isso é facilmente atingível se se considerar que essa junção leva à **reflexão**. E é nesse sentido que digo que o ensino está envolvido diretamente com a pesquisa, ou que um é decorrente do outro. O importante é que o professor-pesquisador tenha consciência da necessidade de levar seus alunos à reflexão sobre a língua que eles **usam**; e, através desse trabalho de reflexão, levar os alunos à percepção de que as **normas** (que eles tanto temem, muitas vezes) são fundamentadas **nos usos**. Como já apontei anteriormente em outro texto (DECAT, 2002, p. 86), levá-los a observar esses usos significa “observar a linguagem em funcionamento, como uma atividade dinâmica”, fazendo com que o interesse deixe de se ater ao sistema lingüístico para se concentrar na observação da linguagem em seu contexto de uso nos processos de interação e, conseqüentemente, nas diferentes práticas sociais materializadas pelos gêneros textuais.

Nessa **reflexão gramatical**, ou nesse **estudo reflexivo do uso**, deve importar mais a **identificação dos processos** constitutivos da língua. A partir de dados reais – a começar pelos dados de língua oral – a reflexão deverá ser feita em torno de hipóteses e questões sobre os dados. É interessante que se promova o debate fundamentado nos usos; e desse debate decorrerá a sistematização desses usos, organizados de acordo com as suas possibilidades de construção. Dito de outra maneira, procurar evidenciar para o aluno que:

- a) “o uso de hoje é a regra de amanhã”;
- b) não há regras absolutas, mas regras para o uso social adequado da linguagem;
- c) a língua varia em função do uso, o qual está ligado aos propósitos e aos gêneros textuais;

d) as escolhas a serem feitas pelos falantes/usuários devem ser comunicativamente adequadas, considerando-se as pressões de uso.

Assim, privilegiar uma reflexão sobre o uso faz do ensino de gramática uma orientação para que o usuário da língua utilize, de modo eficiente e produtivo, os recursos de processamento discursivo disponíveis. Como aponta Castilho (2002), “reconduzir a reflexão gramatical ao seu lugar de origem, isto é, ao uso lingüístico concreto, é uma boa proposta para a renovação de seu ensino” (p. 11). Reitera o autor que **“não há ensino de gramática, há reflexões sobre ela”** (grifo meu).

E é através dessa reflexão que se chegará à evidência de que no uso não existe uma liberdade absoluta em relação às restrições gramaticais. Do mesmo modo, no ensino da gramática (de usos) na escola, não se pode contentar “com recortes facilitadores que, bloqueando o bom uso lingüístico, mutilam o eficiente cumprimento de funções que a linguagem de todos e de cada um tem de atingir” (NEVES, 2002, p. 251). Além disso, não se deve ensinar como se as questões já estivessem resolvidas. Disso decorre que se deve levar em conta que o conhecimento não está pronto, ele é produzido. Esse é o ponto que deve sustentar essa atividade de reflexão. Assim, não se justifica a ‘resistência’ ao ensino de gramática; mas também não se justifica defender o seu ensino por razões preconceituosas e equivocadas, como mostrou o autor do texto apresentado no início deste trabalho. Por outro lado, não se justifica também que, apesar das orientações contidas tanto nos “PCN de Língua Portuguesa” quanto nas diretrizes para a formação de profissionais do magistério de língua materna, ainda perdurem posturas inadequadas – porque não alinhadas com um conceito dinâmico de língua/ linguagem – no ensino do português na grande maioria de nossas escolas. Também não é fácil entender que o entusiasmo manifestado pelos graduandos de Letras com relação a novas e diversas dimensões do estudo/ensino do português dê lugar, na militância profissional, a um ‘esquecimento’ atemorizado no que se refere ao aspecto inovador do ensino da língua, gerando, assim, um retrocesso, mais insatisfações e frustrações nessa tarefa de levar o aluno a dominar sua própria língua.

Para finalizar, é possível dizer que a reflexão gramatical, ou a reflexão sobre os usos da língua, sujeitos a pressões discursivas, virá comprovar a postura de Graciliano Ramos, segundo o qual, **“liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer”** (RAMOS, 1965, p. 8).

Abstract

In this paper, I hope to renew the discussion on grammar teaching at school by focusing on some aspects of the concepts of **grammar** and **language use** from a functionalist perspective.

Key words: Grammar; Language use; Functionalism; Teaching.

Referências

- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Guerra nas Letras. *Ciência Hoje*, v. 32, n. 182, p. 8-12, maio de 2002.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Fala, escrita e gramática. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2002.
- DU BOIS, John W. *Discourse and the ecology of grammar: strategy, grammaticalization and the locus*. Rice Symposium, MS, Santa Barbara: University of California, 1993.
- GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: GIVÓN, Talmy (Ed.). *Syntax and Semantics: discourse and syntax*, v. 12, New York, Academic Press, p. 81-112, 1979.
- HOPPER, Paul. Emergent grammar and the *a priori* grammar-postulate. In: TANNEN, Deborah. (Ed.) *Language in context: connecting observation and understanding*. Norwood: Ablex, 1988. p. 117-134.
- HOPPER, Paul. Emergent grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.) *The new psychology of language (Cognitive and functional approaches to language structure)*. Mahwah/New Jersey/London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998. p. 155-175.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática escolar no contexto do uso lingüístico. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 233-253, jul./dez. 2002.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Ed. 5. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.
- SIGNORINI, Inês. Nivelando "por cima" as variedades do francês canadense lingüístico. *Scripta (Lingüística e Filologia)*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 64-80, 2º sem. 2002.

